



ESQUERDA

OUTUBRO 2010 | PUBLICAÇÃO MENSAL DO BLOCO DE ESQUERDA | www.esquerda.net | nº 44 | 1€

24 de Novembro Greve Geral

Pag.03

> POLÍTICA

**BLOCO APRESENTA PLANO
FINANCEIRO PARA SAÍR DA RECESSÃO**

Pag.04



> INTERNACIONAL

**A CAUSA DA CRISE
POR VINCENÇ NAVARRO**

Pag.14



> OPINIÃO

**TRAPALHADAS DE UMA POLÍTICA
INJUSTA E ERRADA**

Pag.20





GREVE GERAL EM ESPANHA

Adesão de mais de 70%

FOTO: EPA / SALVADOR SAS

POLÍTICA

- 04.** Bloco apresenta plano financeiro para sair da recessão
- 06.** Bruxelas aprova relatório sobre despedimentos colectivos
- 07.** Verdadeira asfixia do país é a exclusão dos pobres
- 08.** E se fosse Portugal a ter 32% de Défice? | Por Luís Leiria

SOCIEDADE

- 09.** Alegre critica expulsão de ciganos em França
- 10.** Contratos ilegais nas Comemorações do Centenário da República
- 11.** Professores: Nível de precariedade quase quintuplicou entre 2006 e 2010

INTERNACIONAL

- 12.** Iraque: Tortura e 30 mil presos sem julgamento, diz Amnistia
- 13.** Cem mil contra o plano nuclear de Merkel
- 14.** A causa da crise | Por Vincenç Navarro
- 16.** Por que razão o WikiLeaks deve ser protegido

OPINIÃO

- 18.** Cuba: o despedimento de um milhão de trabalhadores | Por Francisco Louçã
- 19.** Quem tem medo da Paz | Por Mariana Avelãs
- 20.** Trapalhadas de uma política injusta e errada | Por João Semedo
- 21.** Os "abusadores" do costume | Por Marisa Matias

BREVES

- 22.** Protesto de estudantes cala Mariano Gago e Sócrates
- 23.** Uma extraordinária manifestação

ESQUERDA :: PROPRIEDADE E REDACÇÃO: BLOCO DE ESQUERDA, RUA DA PALMA 268, 1100-394 LISBOA
DIRECTOR: CARLOS SANTOS REDACÇÃO: LUÍS LEIRIA, LUÍS BRANCO, ANDRÉ PIRES, SOFIA ROQUE EDIÇÃO GRÁFICA: RITA GORGULHO EDIÇÃO FOTOGRAFICA: PAULETE MATOS IMPRESSÃO: RAINHO & NEVES, LDA / STA. Mª DA FEIRA REGISTO ERC: 1254851 TIRAGEM: 3000



EDITORIAL
Carlos Santos

UM IMENSO PROTESTO SOCIAL

Nunca uma greve geral teve um objectivo tão simples: resistir ao roubo dos rendimentos da maioria da população. Protestar contra os cortes nos apoios sociais, nos serviços públicos, no abono de família. Combater o abaixamento dos salários, o aumento do IVA e dos impostos que atingem a maioria da população.

Nunca uma greve geral teve um inimigo tão claro: os bancos. Quando é noticiado que os "mercados financeiros" estão "nervosos" e não têm confiança no nosso país o que isso significa é que os bancos, que são quem compõe os mercados financeiros, exigem mais dinheiro à maioria da população portuguesa e europeia, para tapar os buracos que têm nas suas contas e garantirem o aumento constante dos lucros.

O governo Sócrates ao decretar os sucessivos pacotes de austeridade, cada vez mais brutais, apenas faz o inverso do Zé de Telhado: Este roubava aos ricos para dar aos pobres, o Governo faz o contrário.

Dois exemplos para mostrar que as coisas são assim tão simples. Primeiro, o Governo português e o banco público já enterraram no BPN mais de 4.000 milhões de euros, mas continua sem se saber quanto é que os contribuintes vão pagar em definitivo. Se de facto estivessem preocupados com o défice público este era o primeiro caso a tratar, pois pode fazer o défice disparar significativamente. Mas Governo, Presidente da República, Banco de Portugal, PS e PSD nem querem falar do assunto. E além do BPN ainda existe o BPP e o seu enorme buraco financeiro...

Segundo caso, a Irlanda terá este ano um défice público superior a 30% do PIB, porque o país teve de enterrar 50.000 milhões de euros em bancos falidos crivados de dívidas impagáveis. A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, sempre tão zelosos contra a subida dos défices públicos, estão de acordo, "apenas" exigem que a população irlandesa pague rapidamente o dinheiro enterrado nos bancos.

Quando Sócrates veio anunciar os cortes brutais do PEC3 assumiu a capitulação perante as exigências da banca. A esta enorme pressão da aristocracia financeira só se pode responder com a força, por isso a greve geral a 24 de Novembro.

E a greve geral tem condições para ser um imenso protesto social.

Tem grande capacidade de unir amplos sectores da população, porque as medidas afectam a esmagadora maioria e a convocatória junta as duas centrais sindicais.

Integra-nos na corrente de protesto europeu, que se manifesta em quase todos os países: na Grécia já existiram sete greves gerais este ano, na França as greves e manifestações têm-se multiplicado, na Espanha realizou-se uma greve geral a 29 de Setembro que teve mais de 70% de adesão, em vários países do leste estão a realizar-se os maiores protestos desde a queda do muro de Berlim.

E tal como na restante Europa, a greve geral certamente terá piquetes em sua defesa e será acompanhada de concentrações e manifestações por todo o país.

24 de Novembro pode ser o dia da grande mobilização em defesa do Estado Social.



Bloco apresenta plano financeiro para sair da recessão

Francisco Louçã adverte que as contas do governo estão “marteladas” para ocultar o escândalo do BPN, e que Portugal pode entrar numa situação semelhante à da Irlanda..

Em conferência de imprensa, Francisco Louçã apresentou as linhas gerais da “alternativa detalhada” que o Bloco apresentará nas suas jornadas parlamentares a realizar em 18 e 19 de Outubro, imediatamente nos dias seguintes à apresentação da proposta de OE 2011 do governo.

Os princípios desse plano financeiro para sair da recessão são os seguintes:

NA REDUÇÃO DA DESPESA:

> Eliminação dos benefícios fiscais aos PPR, em IRC e IRS, 100M.

> Eliminação dos benefícios fiscais aos seguros de saúde, quando se trate de actos médicos assegurados pelo SNS, 100 milhões.

> Alteração do artigo 92 do IRC, impondo um mínimo de 90% para o pagamento do imposto, considerando os benefícios fiscais e anulando taxas especiais e liberatórias, 1000 milhões.

> Escolha pelo doente da embalagem do medicamento, 200 milhões para as famílias e 80 para o Estado.

> Corte nas consultorias jurídicas e outra assistência, 670 milhões aplicação do princípio do englobamento dos rendimentos, para equidade fiscal, 500 milhões corte em institutos, empresas municipais e outras, 700 milhões.

NO AUMENTO DA RECEITA:

> Taxa sobre as mais valias a SCR, SGPS etc, 200 milhões.

> Taxa sobre transferências para offshores, 750 milhões.

> Pagamento pela PT de impostos sobre a mais valia da operação Brasil, 1000 milhões.

O coordenador do Bloco de Esquerda mostrou as grandes diferenças que há entre a alternativa do Bloco e a proposta do governo:

O do Governo é recessivo: reduz rendimentos e despesas sociais, e por-

tanto atinge imediatamente a procura interna. A economia portuguesa estará pior depois destas medidas.

O do Bloco promove uma resposta à recessão, porque estimula o investimento ao mesmo tempo que responde à crise orçamental com medidas que protegem o salário, a procura interna e a actividade económica.

CONTAS DO GOVERNO ESTÃO “MARTELADAS” E OCULTAM O ESCÂNDALO DO BPN

Francisco Louçã advertiu ainda que Portugal poderá enfrentar uma segunda crise em 2011, considerando que as contas do governo estão “marteladas” e ocultam “o escândalo financeiro do BPN”.

Assim, as contas nacionais no próximo ano têm uma gravíssima incógnita e podem enfrentar um problema semelhante ao da Irlanda, que viu o seu défice aumentar de 10 para 32 por cento “por ter sido forçada a considerar



FRANCISCO LOUÇÃ

Francisco Louçã apresentou um conjunto de medidas alternativas

nas contas nacionais o impacto de uma nacionalização de um banco falido”.

“Portugal não está livre do mesmo perigo”, advertiu Louçã. “A maior fraude bancária em Portugal foi a do BPN e depois a sua nacionalização já produziu um prejuízo de 4500 milhões

de euros. Se for vendido será por 200 milhões de euros, faltam 4300 milhões de euros, que é aproximadamente o total do montante que é obtido com estas medidas dramáticas de aumento de impostos e de redução dos salários”, referiu o líder bloquista.

“Se as contas estão marteladas e ocultam um dos principais problemas”, prosseguiu, “não vale a pena fechar os olhos ao facto de que, baixando salários, aumentando impostos, cortando na saúde, o governo pretende conseguir cerca de 5500 milhões de euros e o buraco do BPN é quase tanto como isso”, sustentou, acrescentando que “95 por cento deste buraco vai ser pago pelos contribuintes”.

Para o deputado do Bloco, o país tem andado “de irresponsabilidade financeira em irresponsabilidade financeira e os portugueses perguntar-se-ão porque é que têm de pagar tanto dislate a partir da redução dos seus salários”. ★

OBJECTIVOS DA PROPOSTA DO BLOCO:

DIFERENÇA NO INVESTIMENTO E POLÍTICA ANTI-CRISE: 3500 MILHÕES

Proposta do governo	Proposta do Bloco
CORTE NA DESPESA 3400 M > corte nos salários 1020 M > corte segurança social 1020 M > corte saúde 510 M	CORTE NA DESPESA 3150 M > eliminação da despesa fiscal > corte em institutos fantasma > escolha da embalagem pelo doente (2012 com OE BAse Zero: 4500 M)
AUMENTO DE RECEITA 1700 M > aumento IVA, etc.	AUMENTO DE RECEITA 1700 M > imposto sobre a PT, mais valisas bolsistas e sistema financeiro)
REDUÇÃO INVESTIMENTO (directamente 510 M em 2011, com cativações 1500 M)	REDUÇÃO INVESTIMENTO (1000 M em 2011 e 2000 M em 2012)

Bruxelas aprova relatório sobre despedimentos colectivos

O relatório de Miguel Portas sobre o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) foi aprovado no Parlamento Europeu por larga maioria.

A oposição partiu de liberais e conservadores, contrários à “transformação do FEG num instrumento permanente de apoio a medidas activas de procura de emprego”, a partir de 2013. O relatório defende ainda um conjunto de medidas práticas destinadas a reduzir para metade o tempo que decorre entre o momento do despedimento colectivo e a chegada dos meios financeiros ao seu destino - actualmente entre 12 e 17 meses.

Um mau arranque

Este fundo, criado em fins de 2006, teve um arranque pouco auspicioso. Nos primeiros 36 meses respondeu apenas a 18 candidaturas de 9 países. A análise às 8 candidaturas já encerradas denuncia um elevado nível de devoluções - cerca de 40 por cento dos montantes recebidos. Este balanço é tanto mais paradoxal quanto o Fundo foi anunciado com pompa e circunstância e 500 milhões de euros por ano. Como hoje denuncia o Financial

Times, a taxa de execução do fundo neste período não ultrapassou os 5 por cento.

O regulamento do Fundo foi, depois, alterado. As modificações e a crise fizeram com que passasse a responder a um número bem mais elevado de candidaturas - 41 entre Maio de 2009 e Maio de 2010.

Este Fundo encontra-se ante uma bifurcação: ou acaba na data prevista - 31

O relatório defende um conjunto de medidas práticas destinadas a reduzir para metade o tempo que decorre entre o momento do despedimento colectivo e a chegada dos meios financeiros ao seu destino.

de Dezembro de 2011 - ou se transforma e prolonga a sua existência até 2020. É esta a opção do relatório. Num contexto em que a UE “se auto-condena a taxas de crescimento medíocres, e portanto a mais desemprego, a solidariedade com as vítimas dos despedimentos colectivos deve ser uma prioridade ética e política”, sustenta Miguel Portas.

A contra-corrente

Não deixa de ser sintomático que o relatório tenha sido aprovado num momento em que “os governos europeus estão a erradicar ou a diminuir os apoios

sociais dos mais pobres e desprotegidos ao abrigo dos programas de austeridade orçamental, os PEC”. A explicação para esta singularidade radica, segundo o autor do relatório, “nas contradições que atravessam a direita europeia, que tem interesses relativamente contraditórios consoante o país de origem e a respectiva tradição no tocante a apoios sociais”. Seja como for, para o eurodeputado do Bloco, a decisão hoje tomada pelo Parlamento Europeu “rompe com o ciclo político dominante e dá um sinal claro às primeiras vítimas da crise”.

As três candidaturas de Portugal

Portugal apresentou pela primeira uma candidatura ao FEG em Outubro de 2007 para responder aos despedimentos no sector automóvel na Opel da Azambuja, na Alcoa Fujikura no Seixal e na Johnson Controls em Portalegre. Foram mobilizados 2,4 milhões de euros para apoiar 1549 trabalhadores. A Janeiro de 2009, foi apresentada uma nova candidatura para os despedimentos no sector dos têxteis no Norte e Centro do país, tendo sido atribuídos 832 800 euros.

A candidatura mais recente, relativa aos despedimentos na Qimonda, foi apresentada em Dezembro de 2009 e o processo ainda decorre. Recebeu luz verde da Comissão Europeia e aguarda agora aprovação pelo Parlamento e pelo Conselho. ★



Verdadeira asfixia do país é a exclusão dos pobres

Na interpelação do Bloco ao Governo sobre a situação social, José Manuel Pureza afirmou também: “Em palavras, PSD e PS rivalizam no amor ao Estado social; mas na realidade unem-se bem unidos para o fragilizar”.

Dia 22 de Setembro, na Assembleia da República, o Bloco interpelou o Governo sobre o emprego e a situação social do país. Na abertura do debate, José Manuel Pureza denunciou que o Estado Social é para PS e PSD uma retórica inflamada de “juras de fidelidade”, mas “bem unidos” fragilizam-no, “fizeram-no no PEC, vão fazê-lo no orçamento de Estado”, sublinhou.

Referindo que a subida de desemprego, que “não pára de crescer”, e da precariedade, o líder parlamentar do Bloco de Esquerda frisou que Governo e PSD respondem à grave situação social com o corte de despesa social, “única e simplesmente para garantir a poupança de 90 milhões de euros em 2010 e de 199 milhões em 2011”. E salientou que “mais do que isso” “vai perder o Estado com a desastrosa privatização da GALP e dos CTT”.

José Manuel Pureza exemplificou na sua intervenção, com casos concretos, os resultados dos cortes de apoios sociais, perguntou ao Governo quanto custa a “máquina gigantesca” montada

para fiscalizar os abonos de família de “escassas dezenas de euros” e criticou: “o Estado social em cuja defesa PS e PSD rivalizam: presume a fraude dos pobres e ignora (quando não considera mesmo virtuosa) a fraude dos ricos”.

O líder parlamentar do Bloco de Esquerda desafiou o PS e o Governo com duas questões: A primeira, se “não concorda com o despedimento sem justa causa”, qual a disponibilidade para “revogar as normas do Código do Trabalho que permitem a não reintegração automática do trabalhador” que tenha uma sentença favorável. A segunda, qual a disponibilidade do Governo “para repor em vigor a regulação do subsídio de desemprego que estabelecia um tempo de trabalho de 365 dias como base para a sua atribuição e de seis meses adicionais de subsídio social de desemprego”.

A terminar, Pureza realçou: “A verdadeira asfixia democrática do país é a exclusão dos pobres tornada em inevitabilidade orçamental. Não há palavras que disfarcem as escolhas fundas a este propósito”. ✘



E se fosse Portugal a ter 32% de défice?

POR LUÍS LEIRIA

A Irlanda teve um défice impensável. Mas como foi para pagar aos bancos, todos os senhores da União Europeia acharam bem.

Imagine o leitor que um dia José Sócrates acordava virado para o lado esquerdo e, imbuído de um acesso de generosidade, convocava um Conselho de Ministros de emergência e decidia manter o aumento do salário mínimo para 500 euros, decretava um aumento geral de todas as pensões, com equiparação ao salário mínimo, uma extensão do subsídio de desemprego de forma a proteger todos os desempregados – e não só metade –, a manutenção do actual esquema de comparticipação dos medicamentos, com distribuição de remédios gratuitos a todos os idosos carentes, e um grande empreendimento de recuperação urbana que criasse centenas de milhares de empregos. No ensino, reabrimos muitas escolas fechadas no interior e os professores eram tratados condignamente. Acabavam os precários na administração pública.

Eu sei que é pedir demais, mas na imaginação tudo é permitido. Vá lá, faça um esforço!

Ao mesmo tempo, e porque o ho-

mem continuava a chamar-se José Sócrates, não ia procurar equilibrar esta diferença do aumento de despesa com o fim do desperdício: o novíssimo Mercedes para o Durão Barroso estava garantido, assim como o pagamento dos submarinos à senhora Merkel. O buraco do BPN era rigorosamente pago, não havia novos impostos sobre os bancos (coitadinhos!), os offshores permaneciam intocados, a PT continuava a não pagar quase um cêntimo (só 0,1% de imposto) ao Estado pela venda da Vivo, a maior exportadora do país continuava sem pagar impostos.

Resultado: o défice subia para 32% (não fiz as contas, duvido que mesmo assim isso acontecesse, mas estamos no reino dos contos de fadas – Sócrates generoso, lembram-se?).

Que acontecia? Os juros da dívida soberana batiam todos os tectos. No mesmo dia desembarcavam na Portela o Trichet, o Barroso, o Juncker, o Rompuy, a Merkel, o Sarkozy, o Strauss-Khan, e todos, aos gritos, fariam o primeiro-ministro de Portugal despertar do seu transe inesperado e voltar a mergulhar na realidade cruel da miséria para os mais vulneráveis.

Já na Irlanda, não houve transe nenhum. O défice chegou aos 32%, mas porque foi preciso dar dinheiro – muito dinheiro, muitíssimo dinheiro – aos bancos. Só o Anglo Irish Bank recebeu mais 5 mil milhões que o previsto. No total, o resgate dos bancos terá custado 40 mil

milhões de euros, ou quarenta sbmarinos. Pois nem o Trichet, nem o Barroso, nem o Juncker, nem o Rompuy, nem a Merkel, nem o Sarkozy, nem o Strauss-Khan reclamaram. Muito menos desembarcaram em Dublin. E as agências de rating acharam normal. Não houve uma hecatombe nos mercados – apenas pequenas turbulências.

Jean-Claude Trichet, saudou (saudou!) os anúncios “muito importantes do governo irlandês” como um facto de credibilidade (credibilidade!) de Dublin em matéria orçamentária.

Jean-Claude Juncker disse que “pensamos que o governo irlandês poderá resolver o seu problema sem ter de recorrer ao Fundo de socorro europeu”. E disse mais: “Tomámos nota da ambição do governo irlandês de reforçar a capitalização do sector bancário” (ambição!).

A agência Moody’s invocou a “deterioração considerável da solidez financeira do governo”, para rebaixar o rating da... Espanha.

Quanto a Barroso, a Rompuy, a Merkel, a Sarkozy, a Strauss-Khan... não disseram nada. Há silêncios que dizem mais que muitas palavras.

Depois disto, caro leitor, ainda acredita que as medidas de austeridade do PEC 3 são um sacrifício necessário e inevitável para os portugueses? Quem vive no mundo da fantasia? ✘



Alegre critica expulsão de ciganos em França

A política xenófoba do Governo francês, presidido por Nicolas Sarkozy, continua a suscitar reacções em toda a Europa e a estabelecer clivagens entre diferentes correntes e partidos políticos.

Em entrevista à Lusa, Manuel Alegre declarou, a propósito das expulsões de ciganos em França: “Estou preocupado, porque se trata de um mau sinal. É um sinal de xenofobia e de encontrar um bode expiatório”. O candidato presidencial referiu ainda que existem “exemplos históricos” do que significa este tipo de acções, alertando que “não se podem fazer comparações que já foram feitas”, numa referência às declarações da comissária europeia Viviane Redding, que comparou estas expulsões com o que se passou na segunda guerra mundial.

Alegre sublinhou ainda que a decisão não deve pôr em causa “aquilo que a França significa para a Europa e para o mundo”, realçando as tradições democráticas da França: “Tenho o maior respeito pela França, estive exilado neste país e a França é uma terra de liberdade e de direitos humanos. Tenho um grande respeito pela França Republicana e democrática, mas parece-me que estas medidas contrariam um pouco esse espírito”.

Dia 17 de Setembro o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República um voto de condenação da expulsão de ciganos de França.

Manuel Alegre declarou que é “um sinal de xenofobia e de encontrar um bode expiatório”.

O voto acabou por ser rejeitado pelo voto conjunto das bancadas de PSD e CDS e PS que, ao contrário da votação no parlamento europeu, em Portugal rejeitou condenar a política de Sarkozy de expulsão dos ciganos.

Segundo o jornal Público, 15 deputados do PS não seguiram a direcção da bancada. O deputado Sérgio Sousa Pinto, apoiou o voto, vários outros deputados abstiveram-se e outros não estiveram na bancada na hora de votação, invocando “motivos de consciência”, como o vice-presidente da AR José Vera Jardim. No PSD, o deputado José Eduardo Martins também se absteve.

Para além da bancada proponente, a condenação mereceu o voto favorável de PCP e PEV. A deputada Helena Pinto, do Bloco de Esquerda, na apresentação do voto afirmou que a atitude do governo de Sarkozy é um “ataque aos direitos fundamentais” face ao qual não pode haver hesitação na condenação.

Alegre vetará recuos sociais e pronunciou-se ainda sobre o projecto de revisão constitucional do PSD: “A questão

essencial é a agenda política que está no projecto de revisão constitucional do PSD. Essa agenda é um projecto estratégico contra o Estado social. Independentemente de haver ou não revisão constitucional, que ninguém se engane: essa agenda e esse projeto contra o Estado social vão continuar. E sobre isso o Presidente da República não se pronunciou e não diz nada”, disse o candidato presidencial.

Manuel Alegre disse ainda que dá aos portugueses “a plena garantia” de que, se for eleito Presidente da República, não deixará passar leis que esbatam o Estado social em Portugal: “Vetarei qualquer lei, de qualquer Governo, de qualquer Parlamento contra o Serviço Nacional de Saúde, contra a escola pública, contra a Segurança Social pública ou que tente eliminar a justa causa [nos despedimentos].

Esta é a questão essencial e é aquilo que me separa das posições do actual Presidente da República”.

Alegre comentou ainda a eventual apresentação de outro candidato da direita, considerando que: “Se a direita está com tantos problemas e tanta dificuldade em apresentar um candidato a Presidente da República, é porque está com medo que eu vença na segunda volta das eleições presidenciais”. ★



Contratos ilegais nas comemorações do Centenário da República

Nas exposições “Viajar” e “Corpo”, integradas nas comemorações, há trabalhadores com contratação ilegal e que ainda não receberam, apesar de estarem a trabalhar desde Julho, denúnciam os movimentos de precários. O Bloco já questionou o Governo.

Segundo estes movimentos, há pelo menos 13 pessoas que estão a trabalhar como falsos recibos verdes, que foram admitidos em meados de Julho e que até agora não receberam quaisquer honorários.

Os movimentos salientam que estes trabalhadores, que são guias das exposições “Viajar” e “Corpo”, “têm horário de trabalho e folgas definidas, estão inseridos/as numa equipa, envergam obrigatoriamente um ‘t-shirt’ da exposição”, mas “não têm o contrato de trabalho que lhes é devido por lei”.

Os movimentos Ferve e Precários Inflexíveis consideram a “situação repugnante e inaceitável por consistir numa inequívoca infracção das leis laborais, configurando total desrespeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as”. Sublinham que a situação ainda é mais inconcebível por se tratar das comemorações do Centenário da República, nomeadamente, porque “a celebração do Centenário da República não pode significar o desrespeito pelas leis dessa mesma República” e

porque as comemorações contam com “10 milhões de euros provenientes do Orçamento de Estado”. Os movimentos exigem o cumprimento da lei, querem conhecer a “modalidade contratual” de todas as pessoas que estão a trabalhar nas comemorações e deram conhecimento desta situação à Comissão das Comemorações, aos partidos, ao Presidente da República e a todos os candidatos presidenciais.

O deputado José Soeiro do Bloco de Esquerda, através do ministério da Presidência, perguntou ao governo “se tem conhecimento desta situação de ilegalidade”, porque “não foram celebrados contratos de trabalho com estes trabalhadores, pelo período em que as suas funções são necessárias”, se o Governo considera aceitável que “na própria organização das comemorações do Centenário da República, se viole tão flagrantemente o seu espírito e Lei máxima”, porque “não foram ainda pagos quaisquer honorários a estes trabalhadores” e que medidas irá tomar “para regularizar a situação destes trabalhadores”. ✘



Professores: Nível de precariedade quase quintuplicou entre 2006 e 2010

Entre 2006 e 2010, o número de contratados aumentou de 2.700 para 17.300, segundo a Fenprof, que salienta também que as escolas estão a abrir “tenham ou não condições”.

“Cada vez mais o corpo docente das escolas é precário, com instabilidade que não dá a sequência que devia por não ser dos quadros (...) é um problema para os professores e para as escolas”, declarou à agência Lusa o secretário geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira.

O secretário-geral da Fenprof explicou que, em 2006, último ano dos concursos nacionais, “foram contra-

tados em 1 de Setembro, para o ano inteiro, com horários completos, 2.696 professores e em 2010, quatro anos passados, foram contratados em 01 de Setembro 17.297 professores, dos quais 14 mil para horários completos, para todo o ano. Destes, dez mil como renovação de contrato em vagas que são permanentes nas escolas”.

Mário Nogueira sublinhou que o fim dos concursos anuais “fez com que, em apenas quatro anos, o nível de precariedade nas escolas, no primeiro momento de colocação, aumentasse brutalmente, neste caso, quase quintuplicando”, acrescentando que nestes quatro anos “aposentaram-se mais de 16 mil professores e neste período entraram nos quadros para os substituir 396”.

Para o secretário-geral da Fenprof há “um problema de falta de investimento na escola pública que pode ainda agravar-se se tivermos em con-

ta que o Governo prepara no próximo Orçamento do Estado cortes que já estão mais ou menos anunciados”.

Na conferência de imprensa, a Fenprof apresentou também os problemas com que se confrontam as escolas nesta abertura do ano lectivo de 2010/2011, referindo as dificuldades acarretadas pelos “mega-agrupamentos”, a gestão das escolas, o lançamento do processo de avaliação de desempenho, a falta de pessoal auxiliar e a falta de reforço da acção social escolar.

Mário Nogueira frisou que “as escolas abrem hoje, a bem ou a mal, quer queiram ou não queiram, tenham ou não condições”, exemplificando com o caso de um “mega-agrupamento” de Penacova, em Coimbra, cuja directora considerou que não tinha condições para abrir, mas foi “obrigada” a abrir pela ameaça de processo disciplinar por parte da Direcção Regional de Educação. ✱



Iraque: Tortura e 30 mil presos sem julgamento, diz Amnistia

A Amnistia Internacional (AI) publicou um relatório sobre a grave situação dos prisioneiros iraquianos (Aceda ao relatório na íntegra em inglês “New order, same abuses: Unfawl detention and torture in Iraq”).

Neste relatório, segundo a notícia da secção portuguesa da AI, é denunciada a existência de milhares de detidos arbitrariamente, a prática regular de tortura, de violência e de abusos sobre os presos por parte das autoridades iraquianas.

Na apresentação do relatório, Malcolm Smart, Director da Amnistia Internacional para o Médio Oriente e Norte de África, afirmou “As forças de segurança iraquianas têm sido responsáveis pela violação sistemática dos direitos dos detidos, e é-lhes permitido fazê-lo com impunidade”.

O relatório denuncia também a atitude das autoridades norte-americanas, sublinhando que “as forças norte-americanas completaram a transferência de todos os detidos, com excepção de 200, para custódia iraquiana a 15 de Julho de 2010, sem quaisquer garantias contra a prática de tortura ou maus-tratos”, os EUA abdicaram de qualquer responsabilidade pelos direitos humanos dos presos que tinham sob sua cus-

A Amnistia Internacional denuncia a situação nas prisões iraquianas e salienta que milhares de prisioneiros transferidos do comando norte-americano correm o risco de tortura.

tódia e que após a transferência “vão enfrentar este catálogo de ilegalidades, violência e abusos”.

A AI calcula a existência de 30 mil detidos sem julgamento no Iraque, 10 mil dos quais recentemente transferidos da custódia norte-americana.

A organização internacional de defesa dos direitos humanos denuncia o caso de Riyadh Mohammad Saleh al-Uqaibi, de 54 anos, que morreu na prisão a 12 ou 13 de Fevereiro de 2010, que foi agredido de tal forma, que lhe partiram as costelas, danificaram o fígado, acabando por morrer com uma hemorragia interna. O corpo foi entregue à família só semanas depois e a certidão de óbito indicava morte por

“paragem cardíaca”. Segundo a AI, a tortura é amplamente usada no Iraque para obter “confissões”, as quais são frequentemente usadas como “única prova”. Centenas de detidos foram condenados à morte e alguns executados, com base em “confissões”, apontadas pelos condenados como falsas e assinadas sob coacção.

Os métodos de tortura usados incluem: “agressão física com cabos e mangueiras, suspensão prolongada pelos membros, administração de choques eléctricos em partes sensíveis do corpo, fractura dos membros, remoção de unhas dos dedos das mãos ou dos pés, asfixia e perfuração do corpo com berbequins, e tortura psicológica, tal como ameaças de violação”.

O relatório da AI salienta também as prisões prolongadas na região do Norte do Curdistão pela polícia de segurança Asayish. O caso de Walid Yunis Ahmad é exemplo da grave situação de arbitrariedade e violação dos direitos humanos no Norte do Curdistão. Walid está detido há mais de 10 anos, desde 6 de Fevereiro de 2000, foi torturado e mantido em solitária durante 45 dias em 2008. Walid é o detido há mais tempo sem julgamento no Iraque. ✘



Cem mil contra o plano nuclear de Merkel

As centrais nucleares deviam encerrar até 2022, mas o governo Merkel revogou o “apagão” progressivo e prolongou-as por mais até 14 anos. Cem mil pessoas manifestaram-se em Berlim contra a decisão do governo.

Cerca de cem mil pessoas manifestaram-se neste sábado, contra a decisão do governo de prolongar a vida de 17 centrais nucleares por mais entre 10 e 14 anos, numa média de 12 anos.

Em 2000, o governo de Schroeder aprovou um plano de encerramento progressivo das centrais nucleares alemãs, que culminaria em 2022, com o encerramento da última central, deixando a Alemanha de ter centrais nucleares.

O actual governo conservador de Angela Merkel, revogou agora esse plano, prolongando a vida das centrais nucleares e adiando o encerramento da última de 2022 para 2034.

A manifestação deste sábado decorreu desde a estação central de Berlim até ao centro da cidade, tendo formado um cordão humano rodeando a sede do parlamento e também do governo

da Alemanha. O protesto foi convocado por organizações ambientalistas e também pelos partidos da oposição, Verdes, SPD e Die Linke. Os manifestantes gritaram palavras de ordem contra a energia nuclear (como, “Energia nuclear: Não Obrigado”) e reivindicaram acabar agora com a energia nuclear.

De acordo com o plano governamental, as empresas de energia deverão pagar 2.300 milhões de euros anuais para um fundo para o desenvolvimento das energias renováveis, num total global de 30.000 milhões de euros. As organizações ambientalistas e os partidos da oposição consideram que esta medida favorece as empresas de energia e provocará um atraso no desenvolvimento das energias renováveis. ★



A causa da crise

POR VINCENÇ NAVARRO

Pouco se tem dito sobre uma das principais raízes da crise económica: a enorme polarização dos rendimentos, em consequência da aplicação das políticas neoliberais.

Muito se tem escrito sobre os factores que nos levaram à crise económica mais importante que atingiu os Estados Unidos e muitos países da União Europeia desde a Grande Depressão do início do século XX. Mas pouco se tem dito sobre uma das principais raízes de tal crise, a saber, a enorme polarização dos rendimentos, em ambos os lados do Atlântico, consequência, em grande parte, da aplicação das políticas neoliberais desenvolvidas pela maioria dos governos da OCDE (o clube de países mais ricos do mundo) desde os anos oitenta.

A revolução neoliberal iniciada pelo presidente Reagan nos EUA e por Thatcher na Inglaterra criou, com a aplicação das suas políticas (diminuição dos impostos dos mais ricos, aumento da regressividade fiscal, flexibilização dos direitos sociais e laborais com o propósito de enfraquecer os sindicatos e a força de trabalho, diminuição dos gas-

tos públicos), um enorme crescimento dos rendimentos superiores, à custa dos rendimentos médios e inferiores. Noutras palavras, os rendimentos do capital dispararam em detrimento dos rendimentos do trabalho, que diminuíram. Ou seja, em linguagem clara, os ricos ficaram super-ricos à custa de todos os demais (classe trabalhadora e classes médias). E aí está a raiz do problema, a realidade mais escondida e silenciada nos nossos meios de comunicação.

Olhemos para os dados e analisemos os números do país onde a crise começou: os Estados Unidos. Segundo o ex-ministro do Trabalho (no governo Clinton), Robert Reich, no artigo “How to end the Great Recession” (The New York Times, 03/09/2010), o salário médio do homem trabalhador (ajustado à inflação) naquele país é mais baixo hoje do que há 30 anos. Esta queda forçou as famílias norte-americanas – para manter o seu nível de vida – a ter mais integrantes

da família a trabalhar, sendo essa uma das principais causas de integração da mulher ao mercado de trabalho. Em 1970, apenas 32% das mulheres com filhos trabalhavam; hoje esse índice é de 60%. Outra maneira de compensar a perda de salários foi aumentar as horas de trabalho. O trabalhador, nesta década, está a trabalhar 100 horas a mais por ano (e as trabalhadoras 200 horas a mais) do que ocorria há 20 anos.

No entanto, mesmo com essas mudanças, o poder aquisitivo das famílias caiu, empurrando-as para o endividamento. As famílias dos EUA endividaram-se até à medula, e puderam fazer isso porque o aval das suas dívidas, as suas casas, ia subindo de preço. Até que a bolha estourou. E agora as famílias têm uma dívida enorme de nada menos que 2,3 mil milhões de dólares.

Até aqui fizemos uma descrição do que ocorreu à maioria da população. Vejamos agora o que se passou com os ricos. O facto de a massa salarial (a soma dos salários) ter caído como percentagem do rendimento nacional (apesar do aumento do número de trabalhadores) quer dizer que os rendimentos do capital foram subindo. Isso significa que o crescimento da riqueza do país (o que se chama de crescimento do PIB) beneficiava muito mais os rendimentos superiores (que derivam os seus ganhos, em geral, da propriedade) do que o resto da população (que extrai o seu rendimento do trabalho). Como consequência, os ricos ficaram super-ricos. O 1% da população que possuía 9% do rendimento nacional nos anos 1970 do século XX, passou a possuir 23,5% do rendimento total, o mesmo percentual verificado no início da Grande Depressão, no início do século XX. E aí está o problema. Como diz Robert Reich, os super-ricos têm tanto dinheiro que consomem um percentual menor de seu rendimento em comparação ao que consome o cidadão normal. Ou seja, os 23,5% do rendimento nacional que controlam são utilizados menos no consumo em comparação ao rendimento das pessoas comuns. A procura total, que é a que move a economia (pois estimula a criação de empregos e o crescimento económico) caiu dramaticamente, em parte porque

a maioria das famílias perdeu grande capacidade de consumo e os super-ricos retiraram do consumo 23,5% do rendimento total do país, consumindo muito menos do que o cidadão médio.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a situação agravou-se ainda mais pelo fato de os super-ricos depositarem o seu dinheiro em paraísos fiscais e/ou investirem em actividades especulativas que têm elevada rentabilidade, como os famosos hedge funds, movimento facilitado pela desregulação dos mercados financeiros. Aí está a raiz da crise financeira e do colapso do sistema bancário, que acabou sendo salvo por fundos públicos, ou seja, impostos, procedentes das famílias profundamente endividadas.

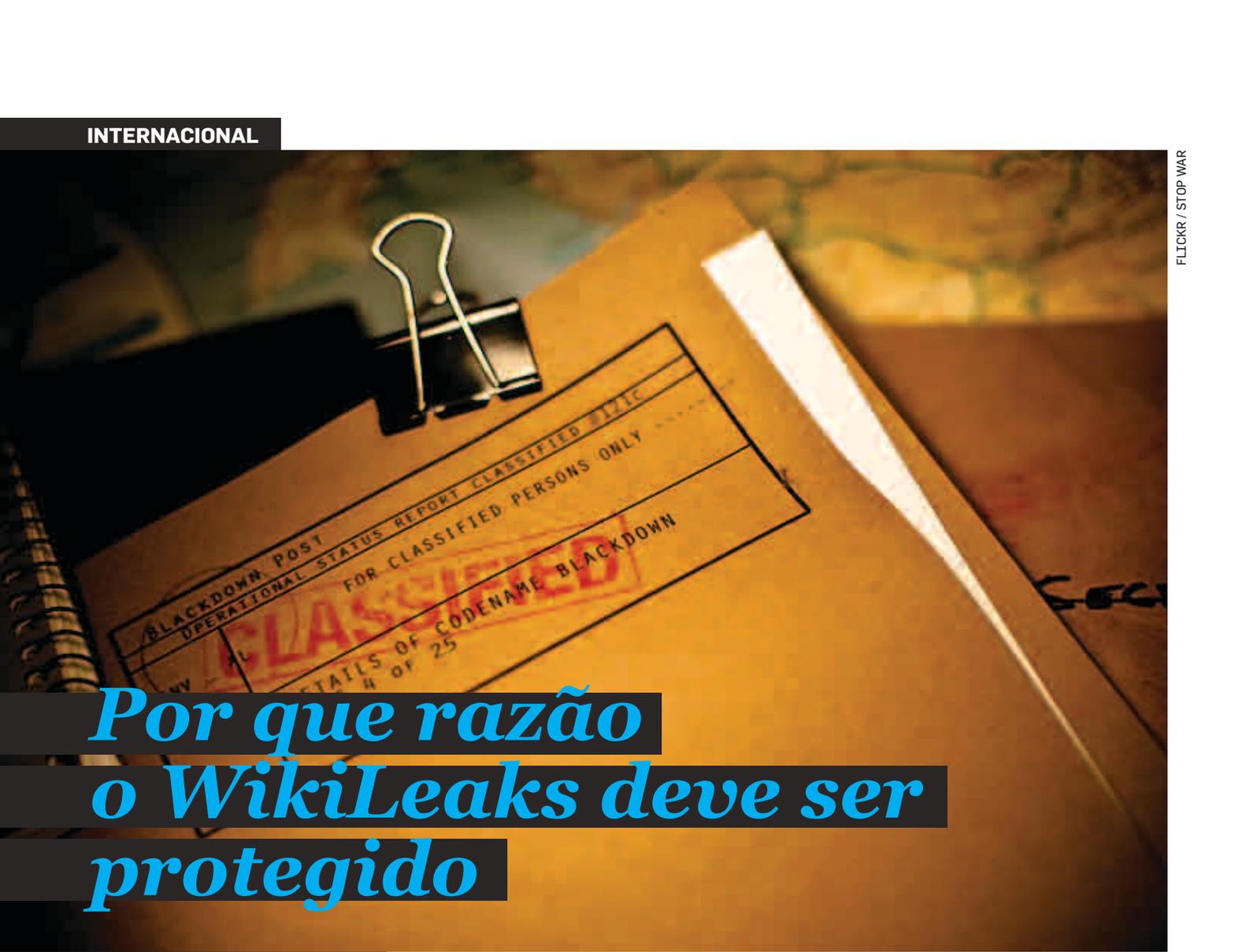
A solução é simples. É preciso implementar uma redistribuição dos rendimentos de modo a que o 1% da população volte a ter 9% do rendimento nacional (na verdade, 3% já seriam suficientes). Assim, o consumo aumentaria e, com ele, o estímulo económico e a criação de emprego. Além disso, as intervenções redistributivas do Estado gerariam mais recursos públicos, com os quais se poderia, inclusive, criar mais emprego, resolvendo o maior problema que temos hoje, que é o elevado desemprego. Mas os super-ricos, junto com os ricos e as classes médias de rendimento alto (cerca de 20% da população) opõem-se por todos os meios a estas políticas redistributivas. Isso ocorre nos EUA (como o atestam os enormes problemas enfrentados pelo governo Obama na sua tentativa de tributar os rendimentos mais elevadas e de criar empregos públicos) e também nos países do sul da União Europeia, incluindo a Espanha.

Estes países têm as maiores taxas de desigualdade de rendimento da UE, o que explica que sejam também os mais afectados pela crise. Em Espanha, o governo socialista nem se atreve a aumentar os impostos dos super-ricos. Isso mostra que a causa da crise é política: a excessiva concentração do poder económico e político nas nossas democracias. ★



Vicenç Navarro foi professor Catedrático de Economia Aplicada na Universidade de Barcelona. Actualmente é Catedrático de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha). É também professor de Políticas Públicas na The Johns Hopkins University (Baltimore, EUA) onde lecciona há 35 anos. Dirige o Observatório Social de Espanha.

Exilou-se por razões políticas. Viveu e trabalhou na Suécia (Upsala), Inglaterra (London School and Economics, Oxford y Edimburgo) e nos Estados Unidos. Foi assessor nas Nações Unidas, na Organização Mundial de Saúde e trabalhou em conjunto com muitos governos, incluindo o governo de Unidade Popular do Chile, o governo cubano (na sua reforma de saúde), o governo social democrata sueco, o governo socialista espanhol, os governos tripartidos e "d'entesa" catalães, assim como o governo federal dos Estados Unidos da América, tendo feito parte do grupo de trabalho da reforma de saúde conduzido por Hillary Clinton. As suas áreas de investigação são a Economia Política, Estado Providência e Estudos Políticos. Publicou cerca de 30 livros, traduzidos em diversas línguas, sendo os mais recentes "Subdesenvolvimento Social de Espanha: Causas e Consequências" e "Anagrama e Neoliberalismo, Globalização e Desigualdade". Em 2002, recebeu o prémio de melhor ensaio da Editorial Anagrama com o seu livro "Bienestar Insuficiente, Democracia Incompleta".



Por que razão o WikiLeaks deve ser protegido

POR JOHN PILGER

As revelações do WikiLeaks envergonham a secção dominante do jornalismo, dedicada meramente a fazer estenografia estatal, não jornalismo.

A 26 de Julho, o WikiLeaks divulgou milhares de ficheiros militares secretos dos Estados Unidos sobre a guerra no Afeganistão. Encobrimentos, uma unidade de assassinato secreta e a matança de civis estão aí documentados. Ficheiro após ficheiro, as brutalidades ecoam um passado colonial. Desde o arquipélago Malaio e do Vietname até ao Domingo Sangrento e a Bassorá, pouco mudou. A diferença é que hoje há uma maneira extraordinária de saber como as sociedades distantes são rotineiramente devastadas em nosso nome. O WikiLeaks adquiriu registos de seis anos de matança de civis tanto no Afeganistão como no Iraque, de entre os quais os que foram publicados no Guardian, no Der Spiegel e no New York Times são uma fracção.

Há compreensivelmente uma história entre os lá de cima, com exigências de que o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, seja “caçado” e “entregue”. Em

Washington, entrevistei um funcionário sénior de Departamento de Defesa e perguntei: “pode dar uma garantia de que os editores do WikiLeaks e o editor-chefe, que não é americano, não serão submetidos a essa espécie de caça ao homem que lemos nos meios de comunicação?” Ele respondeu, “Não estou em posição para dar garantias de nada.” Orientou-me para a “investigação criminal em curso” de um soldado dos Estados Unidos, Bradley Manning, um pretense whistleblower. Numa nação que afirma que a sua Constituição protege quem conta a verdade, a administração Obama está a perseguir e a acusar judicialmente mais whistleblowers do que qualquer dos seus predecessores modernos. Um documento de Pentágono afirma cruamente que os serviços de informações dos Estados Unidos pretendem “marginalizar fatalmente” o WikiLeaks. A tática preferida é a de denegrir, com jornalistas ligados às grandes em-

presas sempre prontos a desempenhar o seu papel.

A 31 de Julho, a repórter-celebridade americana Christiane Amanpour entrevistou o Secretário da Defesa Robert Gates para a rede ABC. Ela convidou Gates a descrever aos espectadores a sua "raiva" contra o WikiLeaks. Deu eco à frase do Pentágono "esta fuga de informação tem sangue nas mãos", dando assim deixas a Gates para dar o WikiLeaks como "culpado" por "culpabilidade moral". Tal hipocrisia vinda dum regime banhado em sangue do povo do Afeganistão e do Iraque – como os seus próprios ficheiros tornam claro – aparentemente não é para investigação jornalística. Isto nem sequer é surpresa agora que uma nova e destemida forma de responsabilização pública, que o WikiLeaks representa, ameaça não só os fazedores da guerra como os seus apologistas.

A sua propaganda actual é que o WikiLeaks é "irresponsável". No princípio deste ano, antes de lançar o vídeo feito a partir da cabina de um American Apache a matar 19 civis no Iraque, incluindo jornalistas e crianças, o WikiLeaks enviou pessoas a Bagdade para encontrar as famílias das vítimas para os preparar. Antes do lançamento dos Afghan War Logs ii no mês passado, o WikiLeaks escreveu à Casa Branca pedindo que identificasse nomes que pudessem desencadear represálias. Não houve resposta. Mais de 15.000 ficheiros foram retidos e esses, diz Assange, não serão libertados até terem sido escrutinados "linha a linha" para que os nomes dos que estão em risco possam ser eliminados.

A pressão sobre o próprio Assange parece inflexível. Na seu país, a Austrália, a ministra das Relações Exteriores sombra, Julie Bishop, disse que se a sua coligação de direita ganhar as eleições gerais a 21 de Agosto, será empreendida "acção apropriada" se um cidadão australiano tiver iniciado deliberadamente uma actividade que pode pôr em perigo as vidas das forças australianas no Afeganistão ou minar as nossas operações de qualquer maneira." O papel australiano no Afeganistão, efectivamente um mercenário ao serviço de Washington, produziu dois resultados notáveis: o massacre de cinco crianças



wikileaks

Numa nação que afirma que a sua Constituição protege quem conta a verdade, a administração Obama está a perseguir e a acusar judicialmente mais whistleblowers do que qualquer dos seus predecessores modernos. Um documento de Pentágono afirma cruamente que os serviços de informações dos Estados Unidos pretendem "marginalizar fatalmente" o WikiLeaks.

numa aldeia da província de Oruzgan e a desaprovação esmagadora da maioria dos australianos.

Maior passado, depois do lançamento da filmagem do Apache, Assange viu o seu passaporte australiano temporariamente confiscado quando regressou a casa. O governo trabalhista de Canberra nega ter recebido pedidos de Washington para o deter e para espiar a rede WikiLeaks. O governo de Cameron também o nega. Eles eram capazes de o fazer, não é? Assange, que veio a Londres no mês passado para trabalhar na revelação dos registos de guerra, teve

de deixar a Grã-Bretanha apressadamente para ir, como ele disse, para "climas mais seguros."

A 16 de Agosto, o Guardian, citando Daniel Ellsberg, descreveu o grande whistleblower israelita Mordechai Vanunu como "o herói preeminente da era nuclear." Vanunu, que alertou o mundo para as armas nucleares secretas de Israel, foi raptado pelos israelitas e preso durante 18 anos depois de ser deixado desprotegido pelo London Sunday Times que publicara os documentos fornecidos por ele. Em 1983, outra whistleblower heróica, Sarah Tisdall, uma funcionária do Gabinete dos Negócios Estrangeiros, enviou documentos ao Guardian que revelaram como o governo Thatcher planeou manipular a informação da chegada de mísseis cruzeiros americanos à Grã-Bretanha. O Guardian cumpriu com uma ordem do tribunal para entregar os documentos, e Tisdall foi para a prisão.

Num sentido, as revelações do WikiLeaks envergonham a secção dominante do jornalismo, dedicada meramente a desmontar apenas o que o poder cínico e maligno lhe indica. Isso é estenografia estatal, não jornalismo. Vejam o sítio do WikiLeaks e leiam um documento do Ministério de Defesa que descreve a "ameaça" do verdadeiro jornalismo. E realmente devia ser uma ameaça. Tendo publicado habilmente a revelação do WikiLeaks numa guerra fraudulenta, o Guardian deve agora dar o seu apoio editorial mais poderoso e sem reservas à protecção de Julian Assange e dos seus colegas, cuja narração da verdade é tão importante como qualquer uma no meu tempo de vida.

Gosto da sagacidade seca de Julian Assange. Quando lhe perguntei se era mais difícil publicar informação secreta na Grã-Bretanha, ele respondeu, "Quando vemos documentos rotulados pela Lei dos Segredos Oficiais, vemos que afirmam que é um delito conservar a informação e que é um delito destruir a informação. Portanto a única saída possível que temos é publicar a informação."

★



Cuba: o despedimento de um milhão de trabalhadores

POR FRANCISCO LOUÇÃ

Cuba vive a dificuldade das escolhas. E estes episódios recentes sublinham essa dificuldade.

O governo cubano anunciou o despedimento de um milhão de trabalhadores da função pública, pela voz do sindicato. Dias antes, Fidel Castro tinha dado uma entrevista em que se referiu ao “fracasso” da economia cubana, para logo depois desmentir as suas palavras.

Cuba viveu uma revolução que marcou o século XX. E uma revolução necessária: bordel das máfias americanas, economia destruída pelo colonialismo, ditadura de um títere (que, aliás, se veio refugiar em Portugal de Salazar depois de ter sido derrubado), Cuba precisava dessa revolução. Recuperou independência e dignidade. Sofreu e venceu ameaças militares norte-americanas, sofreu e resistiu a um bloqueio eterno. Procurou solidariedades, e foram os soldados cubanos quem venceu o exército do apartheid no sul de Angola.

Anos depois, Cuba vive a dificuldade das escolhas. E estes episódios recentes sublinham essa dificuldade.

O sindicato, que é uma parte do Estado e não tem independência para representar os trabalhadores, anunciou o despedimento. É compreensível que um Estado não possa ter todos os trabalhadores como funcionários públicos. Mas fica por esclarecer que emprego vão ter estes trabalhadores, a que comércio se vão dedicar e o que acontecerá a esta economia cujo plano não funciona e cujo mercado não funciona. O risco de um efeito dominó na sociedade cubana é por isso muito grande. E dele sairá mais enfraquecida. Esta é uma razão para uma exigência que faz o código genético da esquerda: em todo o lugar, em todo o tempo, são precisos sindicatos que falem livremente pelos trabalhadores e que lutem pelos seus interesses, sem se subordinar aos Estados. O pluralismo político e os direitos de expressão são, como os direitos sindicais, condições essenciais para uma sociedade que lute pelas suas escolhas.✘



Quem tem medo da paz?

POR MARIANA AVELÃS

A declaração [da ETA] ficou aquém das expectativas, ao não corresponder ao apelo da Declaração de Bruxelas, que pedia um “cessar fogo permanente e incondicional”, mas é sem dúvida um passo importante rumo a um processo de paz digno desse nome.

Em 5 de Setembro, a ETA emitiu um comunicado em que fez saber que “há alguns meses tomou a decisão de não levar a cabo acções armadas ofensivas.” A declaração ficou aquém das expectativas, ao não corresponder ao apelo da Declaração de Bruxelas, que pedia um “cessar fogo permanente e incondicional”, mas é sem dúvida um passo importante rumo a um processo de paz digno desse nome. Sobretudo porque nasce da pressão da esquerda abertzale, empenhada em criar as condições para reproduzir algo semelhante ao que aconteceu na Irlanda do Norte nos anos 90. Figuras centrais nesse processo, como Gerry Adams, John Hume e

Brian Curran, já vieram a público apelar a uma resposta positiva por parte do governo espanhol.

Sendo compreensível que haja cautela e algum cepticismo, a reacção dos principais partidos espanhóis deixa muito a desejar: apelar o gesto de meramente “insuficiente” e exigir da ETA uma declaração de cessação das actividades militares sem que esteja no horizonte um processo político é, na melhor das linguagens, um tiro no pé, como ficou bem claro na Irlanda, onde os entraves que foram sendo levantados à participação do Sinn Féin nas negociações quase fizeram descarrilar todo o processo. Um processo de paz não é um passo de magia nem o momento de apontar o dedo e trocar galhardetes de sofrimento; é um processo lento, que visa sobretudo garantir que existe confiança mútua numa dinâmica democrática a longo prazo.

Aliás, comparando a história recente do País Basco e da Irlanda do Norte torna-se claro que a opção por ilegalizar os partidos políticos com ligações aos movimentos armados apenas isola quem tem a possibilidade (e a vontade) real de inverter a estratégia de violência. Alguém acredita que é ilegalizando partidos, proibindo manifestações em prol de direitos cívicos e reagindo a um passo na direcção certa, por tímido que

seja, realçando a fragilidade actual da ETA e reiterando a aposta nas soluções securitárias (que aumentam o potencial de conflito) que se incentiva a base de apoio da ETA a acreditar na viabilidade de processos exclusivamente democráticos? A responsabilidade de decretar um cessar fogo permanente e “suficiente” cabe exclusivamente à ETA, mas quem o deseja de facto deve tudo fazer para que ele se torne uma realidade.

A paz no País Basco e no Estado Espanhol não se resume ao silêncio da arma da ETA. Se assim fosse, há muito que as não havia. Neste momento, existe no País Basco a vontade de pôr termo a um quotidiano saturado de violência — que é real porque não é imposta, mas fruto da consciência de que a violência é um círculo vicioso terrível, que mais não faz do que agudizar o conflito. Não reagir positivamente aos esforços da esquerda abertzale é dizer a toda essa gente que não vale a pena mudar de estratégia, porque não há alternativa ao léxico do “terrorismo”.

A primeira tarefa da comunidade internacional é deixar bem claro a todas as partes que não admitimos que a violência, venha ela de onde vier, seja um trunfo político para quem não tem coragem para se imaginar para lá das bombas e das próximas eleições. ✘



Trapalhadas de uma política injusta e errada

POR JOÃO SEMEDO

Todos vão passar a pagar mais na farmácia. Há uma alternativa a estas medidas capaz de produzir poupança tanto para o estado como para o doente...

Desde 1 de Outubro que os portugueses pagam muito mais pelos medicamentos que compram nas farmácias, em resultado de ser muito maior o efeito da redução das comparticipações nos medicamentos que o governo decidiu do que a diminuição de 6% no seu preço de venda, também aprovada pelo governo.

Acabaram os medicamentos gratuitos – medida tomada pelo governo um pouco antes das últimas eleições – e muitos dos medicamentos mais comprados vão baixar de escalão, passando a comparticipação de 69% para 37%. Será sem dúvida o maior aumento de sempre no custo suportado directamente pelos cidadãos. Atingirá, sobretudo, os mais idosos, os mais pobres e os doentes crónicos, mas todos vão passar a pagar mais na farmácia.

Diz o governo que o estado vai poupar 250 milhões de euros na despesa pública em medicamentos. E dizem

as contas que 80% dessa poupança sai do bolso de quem os compra...

Esta política é errada porque socialmente injusta e porque não muda nem corrige os “vícios” do mercado do medicamento que penalizam tanto as contas públicas como as famílias.

Há uma alternativa a estas medidas capaz de produzir poupança tanto para o estado como para o doente: a promoção da venda de medicamentos genéricos, mais baratos mas tão eficazes como os de marca. Se o doente comprar um genérico, poupa o estado e o doente. A poupança do doente é assim o melhor aliado da poupança do estado.

Por isso o Bloco propôs no Parlamento que o doente tivesse o direito de escolher o medicamento que compra, respeitando a prescrição do médico e ouvindo o conselho do farmacêutico. O projecto de lei do Bloco, atribuída ao doente a liberdade de escolher entre um medicamento de marca e um

genérico, entre um medicamento mais caro e outro mais barato. Se assim fosse, a venda de genéricos não deixaria de crescer, sem qualquer prejuízo para o tratamento dos doentes e com grandes benefícios quer para a sua bolsa quer para despesa pública.

O PS rejeitou duas vezes esta proposta do Bloco. Mas ontem, ainda que de forma confusa e equívoca e atabalhoada, o secretário de estado da saúde veio anunciar que o governo se preparava para permitir que fosse o doente a escolher o que compra na farmácia, genérico ou medicamento de marca. Ou seja, praticamente o mesmo que o Bloco propusera e o PS rejeitara.

É facto que o governante não foi muito claro nem explicou exactamente o que pretendia o governo. E que, poucas horas depois, o próprio ministério veio corrigir e desvalorizar as afirmações do secretário de estado, lançando a confusão sobre as intenções do governo.

Mais uma trapalhada à PS cuja clarificação e esclarecimento não podem demorar. E não vão demorar: o Bloco vai agendar novamente o seu projecto de lei, cuja discussão permitirá perceber se o PS e o governo efectivamente reconhecem aos doentes o direito de escolher o que compram e pagam na farmácia ou se, como até agora tem acontecido, vão continuar reféns quer dos interesses ilegítimos do mercado quer de práticas profissionais obsoletas e corporativas, mesmo que isso signifique desperdício de dinheiros públicos e sobrecarga do orçamento das famílias. ✱



JOÃO SEMEDO



O governo de Sócrates declarou que os medicamentos iriam ficar mais baratos, mas não é bem assim: aqueles que mais deles precisam - os mais pobres e os mais idosos - terão de pagar mais.

O governo de Sócrates declarou que os medicamentos iriam ficar mais baratos em 8%, em resultado da aprovação de um novo decreto-lei. Assim dito, quase merecia um aplauso. Mas não é bem assim: aqueles que mais deles precisam - os mais pobres e os mais idosos - terão de pagar mais.

Até aqui vigorava um sistema segundo o qual alguns medicamentos eram comparticipados na totalidade, beneficiando muitas das pessoas incluídas nesses dois grupos. Com o novo decreto-lei, essa comparticipação passa a ser de 95%. Na leitura do governo, não é relevante que estas pessoas tenham de passar a pagar mais pelos medicamentos que compram. O que é relevante aqui é que com esta redução de 5% se está a combater os “abusos que se verificavam com esta compar-

ticipação especial”. Não deixa de ser contraditório o facto de o anúncio ser simultaneamente de baixa nos custos dos medicamentos e de corte na despesa pública. Se o governo tem como objectivo poupar 250 milhões de euros por ano com esta medida, é óbvio que essa poupança terá de sair dos bolsos de alguém.

Medida atrás de medida, na saúde como nos direitos sociais, é esta a mensagem que se quer fazer passar: acabe-se com os abusos! Como é que é possível continuar a fazer sempre o mesmo discurso e actuar de forma absolutamente inversa? Se esta semana o anúncio foi sobre os medicamentos, podemos lembrar inúmeros exemplos onde a mensagem foi exactamente a mesma: corte-se nos “abusos” das pensões; corte-se nos “abusos” dos subsídios de desemprego; corte-se nos “abusos” do rendimento social de inserção.

Uma administração pública mais rigorosa e mais transparente é um objectivo pelo qual todos devemos lutar. Fazê-lo passar, contudo, pelo sistemático ataque aqueles que menos meios têm, convenhamos, começa já a ser um abuso. As escolhas são sempre políticas. Haja, então, coragem para impor alguma justiça. Isso, sim, seria uma boa medida para evitar abusos. ✱



Protesto de estudantes cala Mariano Gago e Sócrates

O primeiro-ministro e o ministro do Ensino Superior foram surpreendidos com uma acção de protesto de estudantes da Academia do Porto, na cerimónia de abertura do ano lectivo do Ensino Superior Politécnico.

Dia 14 de Setembro, Depois da actuação de um grupo de estudantes da escola Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo (ESMAE), três estudantes entraram inesperadamente no palco do auditório do Instituto Superior de Engenharia do Porto entregando uma “medalha por fazer com que Portugal seja o país da Europa onde as famílias mais gastam com edu-

cação” ao ministro Mariano Gago, que a recebeu em mãos, estupefacto.

De regresso ao palco, um estudante leu um comunicado em voz alta distribuído depois entre os presentes, expressando um protesto contra o aumento das propinas, os empréstimos bancários para a frequência do Ensino Superior e carências a nível da acção social escolar.

Perante um auditório cheio, o estudante lia o protesto: “nós estudantes da Academia do Porto, em protesto nesta cerimónia oficial dizemos: não há cerimónias porque nos últimos 15 anos as propinas aumentaram 400 por cento em Portugal”.

“Não há cerimónias quando a resposta a um pedido de bolsa demora em média quatro meses”, ou “enquanto a maioria dos 70 mil bolseiros em Portugal recebe de bolsa mínima apenas 100 euros por mês”, disseram os estudantes, sublinhando também que “não

há cerimónias porque 11 mil estudantes devem 130 milhões de euros à banca, quando ainda não trabalham, e não têm nenhuma garantia em relação ao seu trabalho futuro”.

Depois de lerem as doze frases de protesto, os estudantes gritaram “acção social não existe em Portugal” e no auditório exibiram ainda uma faixa em que se lia “Gago quanto pagaste de propinas?” Um dos estudantes chegou mesmo a dizer ao ministro: “Pagaste 6 (€), eu agora pago 1000!”.

Um membro do ISEP ainda tentou retirar os estudantes do palco, mas desistiu, deixando o protesto decorrer até ao fim. O grupo acabou por abandonar o local no final da intervenção da presidente do instituto, Maria do Rosário Gamboa, tornando a gritar “acção social não existe em Portugal”.

Durante o protesto o primeiro ministro manteve-se sentado na primeira fila do auditório. ✱

CANDIDATURA A NOVAS BOLSAS DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR ESTÃO “PARADAS”

Nuno Moniz, um dos estudantes envolvidos na manifestação, disse ao Jornal de Notícias que “o início do ano escolar é a altura ideal para dizer não à política governamental”, precisando que uma das causas principais do protesto radica no “congelamento do processo de atribuição de bolsas de estudo aos alunos do 1.º ano alegadamente por os critérios de atribuição ainda não terem sido definidos”.

Esta situação é confirmada e denunciada pelas associações de estudantes das principais universidades portuque-

sas que garantem que os processos de candidatura a novas bolsas de acção social escolar estão, de momento, “paradas”.

O deputado do Bloco de Esquerda José Soeiro já questionou o ministro Mariano Gago, perguntando por que razão não foram ainda publicadas as Normas Técnicas do Regulamento de atribuição de bolsas aos estudantes do Ensino Superior e até quando vai ser suspensa a possibilidade de os estudantes se candidatarem às bolsas.

Uma extraordinária manifestação

Dia 29 de Setembro, a CGTP reuniu dezenas de milhares de pessoas numa manifestação entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República. No final da mobilização da CGTP em Lisboa, Carvalho da Silva disse que a central vai intensificar e ampliar a luta dos trabalhadores. Acrescentou também que “esta foi uma extraordinária manifestação, mas foi apenas o ponto de partida para outras lutas”.

No Porto, a manifestação arrancou de dois lugares – a Praça dos Leões e a Batalha – tendo depois as duas colunas confluído para a Avenida dos Aliados.



Espanha: Greve geral teve mais de 70% de adesão



O Uma amostra realizada pelas centrais sindicais em mil empresas de mais de 250 trabalhadores mostrou a grande adesão. Sindicalistas denunciaram violência policial contra os piquetes. Cerca de 10 milhões de trabalhadores aderiram à greve geral em Espanha, afirmaram em conferência de imprensa na quarta-feira 29 de Setembro Antonio del Campo e José Javier Cubillo, das centrais sindicais Comisiones Obreras

(CCOO) e UGT. As centrais fizeram uma amostra em mil empresas de mais de 250 trabalhadores e concluíram que a adesão é superior a 70%. “São dados inquestionáveis, confirmados pela diminuição de 22% do consumo de energia eléctrica em comparação com a quarta-feira passada”, disse Antonio del Campo. Apesar de a greve estar a decorrer com normalidade, os sindicalistas denunciaram a existência de violência policial contra os piquetes de informação, exibindo sete cápsulas de bala de disparos feitos à porta da fábrica CASA de Getafe. Acusaram também alguns governos autonómicos de querer impor serviços mínimos abusivos.

Dados de maior detalhe apontam para uma adesão de cem por cento dos mineiros de todo o país, que travam uma luta específica. A greve paralisou os centros de distribuição de alimentos (merca madrid, barna sevilha). Houve incidentes com piquetes em Madrid (transporte) e Sevilha (universidade, mercado central), com membros de pi-

quetes feridos ou detidos.

Por regiões a adesão mais fraca foi no País Basco (30%), onde os sindicatos nacionalistas não apoiaram a greve, e a mais elevada nas Astúrias (87%).

Algumas auto-estradas foram cortadas e a Gran Vía, a principal avenida de Madrid, esteve bloqueada por um piquete de mais de 500 pessoas.

Bloco apresenta projecto para revogar portagens nas SCUT

O Bloco entregou na Assembleia da República um projecto de lei para revogar as portagens nas SCUT e apelou a uma grande participação na jornada nacional de protesto. O Bloco defende que as SCUT não sejam portagens porque “os indicadores socioeconómicos das regiões atravessadas pelas SCUT são muito abaixo dos indicadores nacionais e não há de facto alternativas de circulação para as pessoas e para as empresas que habitualmente utilizam as SCUT”.

Contra-cimeira da NATO

19-21 Novembro | Liceu Camões | Lisboa

Sexta, 19 Novembro

11.00-11.15 Abertura: Natália Nogal (PAGAN), Reiner Braun (ICC)

11.15-13.00 - Moderadores: Arielle Denis, Mvt. Paix / Andreas Speck, WRI

Guerra e Paz Sandra Monteiro, Le Monde Diplomatique, Portugal

A nova estratégia da NATO e Crise Global Vitor Lima, PAGAN

Armas nucleares na nova estratégia da NATO Joseph Gerson, AFSC, EUA

A NATO e a América Latina Eduardo Melero, UAM, Espanha

NATO e Mísseis Defensivos Jan Majicek, NO BASES Network, CR

A guerra da NATO no Afeganistão RAWA, Afeganistão, TBC

14.00-16.30 Workshops Parte I – Workshops analíticos

NATO e as armas nucleares Dave Webb, CND / Hans Lammerant, vredesactie

Bases militares e a NATO Elsa Rassbach, DFG-VK – GIs and U.S. Bases / Jan Majicek, NO BASES Network

NATO, Guerra e Crise Global Jacques Fath, PCF, França

NATO e o Afeganistão Reiner Braun, INES/Joseph Gerson, AFSC

Feminismo e a Militarização Kristine Krach, INES / Ursula Gelis, WILF

Portugal e a Militarização Nuno Moniz, PAGAN

História da NATO Erhard Crome, RLS

17.00-19.00 Workshop Parte II – Alternativas Políticas e Sociais

Sistemas Alternativos de Segurança Erhard Crome, RLS

Ações para a Paz Monty Schädel, DFG-VK / Lucas WirL, INES

Segurança Humana e outros Conceitos António Soares, PAGAN / Tobias Pflüger, IMI

Convenção para as Armas Nucleares Reiner Braun, IALANA Europe

Desarmamento para o Desenvolvimento NN, IPB

Resistência não violenta Andreas Speck, WRI

Da neutralidade à NATO – Escandinávia em Parceria para a Paz, Agneta Norberg, Swedish Peace Council

21.00-23.00 Painel de discussão **Não à Guerra – Não à NATO**

Moderação: Joseph Gerson AFSC / Irina Castro, PAGAN

Discussão entre movimentos sociais e outros movimentos e política nacional e internacional

Willy Meyer MEP GUE/ NGL, European Left, Espanha Jeremy Corbyn MP Labour Party, UK, Mario Tomé, PAGAN, Portugal, Arielle Denis, Mouvement de la Paix, França, Christine Hoffmann, Pax Christi Germany, Vitaly Merkushev Eurasian Network of Political Research, Rússia

23.00 **Festa da Paz**

Sábado, 20 Novembro

Manifestação internacional Anti-NATO

10.00-15.00 - Local: Av. Da Liberdade

Domingo, 21 Novembro

10.00-10.30 Sessão de Abertura

Portugal e a NATO Ricardo Robles, PAGAN

10.30 -14.00 **Reunião pela paz: Como continuar a intervir por um mundo sem guerra e sem NATO**

Moderação: Arielle Denis, Dave Webb, Tobias Pflüger

10.30 – 11.00 **Relatórios dos grupos de Trabalho**

Relatórios sobre acções anti-NATO em Lisboa

11.30 – 13.00 Antena Aberta: relatórios de 3 minutos dos diversos países das actividades anti-NATO

13.00 – 14.00 **Discussão final**

14.00 **Encerramento** Reiner Braun

Entrada 10 euros.

PORTUGAL FORA DA NATO

NEM UM CÊNTIMO

PARA GUERRAS

